

## TEORIA DA CRISE E CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO: NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM PROCESSO DE ESTUDO COLETIVO

Ariel Machado Godinho<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo  
ariel.machado@usp.br

Artur Boligian Neto<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo  
arturboligian@usp.br

Rachel Pacheco Vasconcellos  
Universidade de São Paulo / *École des Hautes Études en Sciences Sociales*  
rachel.vasconcellos@usp.br

**RESUMO:** Formulado como elaboração teórica inacabada de um processo de estudos coletivo, o presente texto se situa no debate entre as diferentes abordagens que se vinculam ou tem significativa repercussão no interior da Geografia e sua vertente de crítica marxista. O foco está nas diferentes compreensões, por vezes conflitantes, de uma teoria da crise que informam a chamada análise espacial marxista. Neste contexto, propomos uma reinterpretação da crítica economia política do espaço, elaborada inicialmente por Henri Lefebvre, com o objetivo de radicalizá-la nos termos da crítica categorial, proposta pela teoria crítica do valor. Neste sentido, apresentamos a teoria radical da crise elaborada por Robert Kurz como um caminho de acessar a discussão em torno da problemática da crise e sua relação com a própria dinâmica interna do desenvolvimento capitalista.

**Palavras-chave:** Crítica da economia política; crítica categorial; teoria radical da crise.

### GT 03 – Crise e crítica: a urbanização contemporânea e os limites da reprodução social

#### 1. INTRODUÇÃO: A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO NA GEOGRAFIA

Em 1972, o Museu de Arte Moderna de Nova York convidou um grupo de intelectuais, dentre eles Henri Lefebvre, para um seminário chamado *Projeto Universitas*, a fim de fundar um programa universitário experimental voltado aos problemas da sociedade urbana, cuja emergência se impunha. Na avaliação de Lefebvre (2016, p.100) diante de sua convocação, “não se sabe muito lidar com ‘a cidade’, e se está disposto a acolher sugestões dos europeus, até dos marxistas”. Postos lá para anteciparem as problemáticas das “cidades do futuro”, no horizonte como no plano de fundo dos debates estava a sociedade capitalista “pós-industrial”, que passava a ser dirigida pelo movimento do capital financeiro e cujo “futuro” já parecia se apoiar no desenvolvimento técnico-científico da informática e da cibernética. O *Projeto Universitas*, no

1 Mestrando com bolsa de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 2021/02287-1)

2 Mestrando com bolsa de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 20202/07823-6)

entanto, não “foi para a frente” (ironizando aqui seus próprios enunciados), mas ali Lefebvre lançou as bases do que se tornou um dos fundamentos de uma “geografia urbana crítica e radical” (SANTOS e ALVAREZ, 2018) que se consolidou a partir da década de 1990. Em um notável enfrentamento às concepções das ciências parcelares, e em particular às ciências do espaço, Lefebvre invoca a necessidade de construção de um conhecimento crítico, apto a encarar o fenômeno urbano ao nível da totalidade, que ele formula nos termos da crítica da economia política de Marx: anuncia-se, assim, “a crítica da economia política do espaço” (LEFEBVRE, 2016, p.101).

A crítica da economia política do espaço, no entanto, “é somente uma peça de um estudo mais global da produção do espaço” (LEFEBVRE, 2016, p. 200). A elaboração desta teoria mais global, a teoria da produção do espaço, também anunciada nesta mesma intervenção de Henri Lefebvre em Nova York, seria então elaborada a fundo, tecida com uma enorme riqueza de elementos e lançada finalmente dois anos depois, em 1974, como sua obra seminal de mesmo nome: *A produção do espaço*. A tese central aqui, como descreve Lefebvre (2000, p. XXV), é de que “o modo de produção organiza, *produz* – ao mesmo tempo que certas relações sociais –, seu espaço (e seu tempo). [...] O modo de produção projeta estas relações sobre o terreno, o que reage sobre elas”. Ou seja, há uma dialética, no capitalismo, que se estabelece entre o assim chamado “modo de produção” de uma sociedade e seu espaço. Esta relação dialética é dinâmica e se move junto aos processos históricos de desenvolvimento deste mesmo “modo de produção”, quer dizer: do desenvolvimento de suas forças produtivas e de suas relações sociais de produção. Assim, a compreensão dos processos espaciais precisa, portanto, ir aos fundamentos de seu “modo de produção” e, na sociedade moderna capitalista, a economia política corresponderia à “análise teórica (científica) da produção” (LEFEBVRE, 2016, p.109) – ao menos, assim a pretenderam seus pensadores clássicos, Adam Smith e David Ricardo. Mas Lefebvre, como já mencionamos, não pretendia realizar uma “economia política do espaço” como ciência parcelar, prática e positiva. Seu interesse aqui se reencontra com o que ele chama de “a grande ideia de Marx: [de que] o conhecimento científico da sociedade existente coincide com a crítica desta sociedade, com a refutação de suas ideologias, com a análise coerente de suas contradições” (LEFEBVRE, 2016, p. 104). Desta maneira, o estudo da produção do espaço deve corresponder, efetivamente, a uma *crítica* da economia política do espaço e de modo algum a uma afirmação ideológica da economia política. Para isso, Lefebvre recorre à exposição de Karl Marx (1983) em *O Capital* – cujo subtítulo, sabemos, é justamente “crítica da economia política”.

Voltando à Geografia, a tradição de sua crítica se apropria da perspectiva lefebvriana e a impulsiona, especialmente a Geografia Urbana – cuja problemática pode ser abordada a partir do quadro teórico-metodológico apresentado em *A produção do espaço* (LEFEBVRE, 2000). Nesta obra, Lefebvre sistematiza um campo conceitual preciso<sup>3</sup> que permite à Geografia explorar os fenômenos urbanos dialetizando empiria e teoria. Esta forma particular de dialética, que compreende a realidade espacial de maneira simultaneamente abstrata e concreta, é, podemos dizer, a contribuição fundamental que Lefebvre propõe à leitura crítica do espaço. Outro aspecto essencial de seu método é o movimento escalar que articula o objeto particular – arquitetônico, urbanístico, regional – à totalidade, que não é simplesmente a soma de cada parte, mas um todo complexo e contraditório que determina a dinâmica entre as partes. Este conjunto de ideias, combinado a uma prática que implica a geógrafa/o geógrafo no combate às ideologias, alienações e fetichismos constitutivos do cotidiano da sociedade moderna capitalista, configura a enorme contribuição da obra lefebvriana para a Geografia, ampliando a perspectiva de sua tradição marxista e estimulando, de modo geral, pesquisas que reivindicam o papel da crítica na atividade teórica e científica.

Evidentemente, os desdobramentos das teorias de Lefebvre, assim como as de Marx, na Geografia de orientação crítica seguem percursos múltiplos e as abordagens teóricas sobre os fenômenos sociais e espaciais do nosso tempo muitas vezes divergem – o que faz parte, aliás, da dinâmica democrática da universidade. No entanto, quando a questão é expor uma análise crítica da dinâmica do desenvolvimento capitalista na produção do espaço, o apontamento parece ser inequívoco: “*crise!*” – todos dizem. Mas o que querem dizer cada um deles quando invocam estes termos: “*crise*” e “*crítica*”? Estes conceitos não são de modo algum inequívocos. Há uma pluralidade de compreensões em conflito e é neste debate que situamos a nossa reflexão.

Se a teoria lefebvriana é uma referência mais do que fundamental, outra perspectiva teórica de crítica radical com base em Marx – esta, de origem alemã, do início dos anos 1990 – aporta contribuições fundamentais às pesquisas em Geografia, particularmente no Brasil<sup>4</sup>. A *Wertkritik*,

---

3 Notavelmente: a tríade “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”; e os discernimentos necessários entre “espaço absoluto”, “espaço abstrato”, “espaço contraditório” e “espaço diferencial” (cf. LEFEBVRE, 2000)

4 Diferente do pensamento de Henri Lefebvre, concebido no interior das ciências sociais em uma universidade francesa, com a produção de seu conhecimento pautada nos acontecimentos sociais e políticos da França nos anos 1960 e 1970 e tendo ressonância sobre eles (embora, é preciso dizer, não fosse uma linha teórica amplamente respaldada pela academia francesa, em geral positivista e conservadora, restringindo-se a certos meios universitários de esquerda), a crítica do valor não é uma teoria científica que nasce na universidade se dirigindo aos acontecimentos sociais e políticos de seu tempo (a Alemanha pós-queda do muro de Berlim); é, antes, uma formulação teórica crítica de matriz filosófica que emerge destes mesmos acontecimentos e que nunca foi incorporada pelo meio acadêmico europeu, e apenas no Brasil se tornou parte do corpo teórico-metodológico das

ou crítica do valor (que se desdobra na *Wertabspaltungskritik*, crítica do valor-dissociação), cujas principais referências são os autores Robert Kurz e Roswitha Scholz, abre caminhos para uma reinterpretação profunda da obra de Marx, questionando a reprodução social das categorias mais elementares da sociedade capitalista a partir de uma leitura que reivindica a centralidade da teoria do valor e da crise (cf. BOECHAT; PITTA et al., 2019). Nesse sentido, a crítica do valor propõe analisar os processos de produção, os produtos e relações sociais como “abstrações reais” que concretizam a “troca social de mercadorias, na reiterada relação de *valor*, desdobrada na forma dinheiro” (idem), quer dizer: os fundamentos da moderna sociedade produtora de mercadorias. Esta abordagem é chamada de “crítica categorial”, pois problematiza o inequívoco fenômeno dito de “crise” no capitalismo contemporâneo a partir das categorias fundamentais expostas por Marx em *O Capital* – capital, trabalho, valor, mercadoria, dinheiro –, articulando-as.

Se, para Lefebvre (2016, p.109), a crítica da economia política de Marx coincidia com uma “análise científica” de Marx sobre a produção – cujo objetivo seria descortinar a “ideologia mascarada de ciência [...] apologética da sociedade existente” chamada de economia política – o que seria, então, para a perspectiva da crítica do valor, a prática de uma “crítica da economia política”? Segundo Kurz (2007), caberia à atividade teórica, enquanto prática crítica, se pautar na “concepção radicalmente transformadora do que é a própria reflexão teórica” em Marx, opondo-se a uma “posição meramente interpretativa” identificada “em toda teoria burguesa” – notavelmente na economia política –, que afirma, de forma ontológica, seus objetos enquanto tais:

Não se trata aqui de meras definições do pensamento (teórico, científico), mas sim de categorias reais da reprodução e do modo de vida social, que voltam a emergir na teoria como conceitos (por exemplo, na economia política burguesa). Por isso o subtítulo de *O Capital* de Marx, ‘Crítica da Economia Política’, também pode ser entendido de duas maneiras: por um lado, como crítica das relações objetivas reais, existentes antes ou independentemente de qualquer teoria, nas suas formas elementares de relacionamento socioeconômico; e, por outro, como crítica às formas de pensamento e de consciência a elas ligadas e delas resultantes, tanto do ‘senso comum’ como da ideologia e da ciência. (KURZ, 2013, p.14)

---

ciências humanas, notavelmente da Geografia (cf. TOLEDO; BOECHAT; HEIDEMANN, 2012). As pesquisas feitas nesta perspectiva, aliás, acabaram se tornando um terreno particularmente fértil para a elaboração desta mesma teoria em âmbito mundial. Este é, aliás, um ponto contraditório interessante pois a própria crítica do valor parte dos pressupostos de uma crítica radical à razão iluminista contida nas ciências modernas, o que demanda recorrentes reflexões autocríticas por parte dos pesquisadores que mobilizam esta teoria na Geografia – por outro lado, este aspecto contraditório peculiar é também revelador do que pode ser a “pesquisa científica” universitária feita na periferia do capitalismo.

Nesta passagem sobre a crítica do capitalismo na teoria de Marx, vemos que Kurz faz uma distinção entre o pensamento científico e a atividade crítica. Na perspectiva da teoria crítica do valor, o sentido *crítico* da teoria não deve ser o de uma análise interpretativa cujo objetivo, exterior à própria atividade teórica, fosse propor uma prática “transformadora do mundo” - e aqui podemos entender “o mundo” também como o tal objeto geográfico “espaço” - como faz a tradição da Geografia Crítica, caracterizada “pela concepção de ciência como momento da práxis” (MORAES, 2007, p.131). Nesse âmbito, a posição da crítica do valor vai na contramão do “conceito utilitário da teoria” (KURZ, 2007) em voga na tradição marxista universitária, incluindo a Geografia, sem, no entanto, supor um ostracismo do pensamento teórico - como podem pensar alguns partidários da ciência militante. Ao contrário: ao entender que, na sociedade atual, é o próprio processo do capital - incluindo suas concepções científicas e ideológicas fetichistas - que “transforma o mundo” (idem), a crítica do valor propõe transformar radicalmente a teoria, pronunciando o caráter negativo de sua crítica<sup>5</sup>, de modo a “negar essencialmente”, desde os fundamentos, as condições reais da “transformação capitalista do mundo” (ibidem). Deste modo, pode-se dizer que a crítica do valor mira um horizonte de emancipação da modernidade capitalista que inclui o próprio modo de pensar moderno pois, ao compreender a reprodução social do capital a partir de suas categorias elementares, elabora a realidade prática do capitalismo (e suas interpretações teóricas) a partir de categorias históricas (não ontológicas) e, portanto, finitas.

A condição de finitude ou a hipótese de uma reprodução *ad infinitum* do capitalismo são, aliás, questões essenciais do conflito mencionado ao entorno do conceito de “crise” que encontramos na Geografia, e passam pela discussão da produção do espaço. Mais adiante trataremos da especificidade da posição da crítica do valor neste debate, mas, por enquanto, vamos tratar do modo como esta teoria aborda o conceito de “crise” – ou, ao menos, como é que este conceito vem sendo mobilizado nas pesquisas na Geografia. Aqui, é importante notar a preocupação em se formular uma teoria radical de crise ao nível da totalidade concreta capitalista sem, no entanto, descuidar das particularidades de como a crise se manifesta em cada lugar e momento, “considerando a dialética negativa do valor-cisão” (TOLEDO; BOECHAT; HEIDEMANN, 2012, p.163). Nessa leitura, as incontáveis “crises” manifestas em nossa sociedade (em sentido amplo: crises

---

5 Cabe aqui contextualizar o conceito moderno de “crítica” na história de instauração e modernização do próprio capitalismo. Como diz Kurz (2007), a “crítica” pode ter também uma função afirmativa no processo de “transformação capitalista do mundo”: a crítica às relações pré-modernas consideradas irracionais é componente da razão iluminista; a crítica ao antigo Regime absolutista participa das revoluções burguesas e da formação do Estado moderno capitalista; entre outros tantos exemplos que podemos nomear de “críticas modernizadoras”, bastante presentes, inclusive, na tradição marxista.

“financeiras”, “políticas”, “sociais”, “humanitárias”; ou setorializadas como “crise do trabalho”, “crise sanitária”, “crise energética”, “crise hídrica”, etc.) não correspondem a múltiplas crises distintas, encadeadas de maneira cíclica e/ou decorrentes de problemas de gestão política, mas a diferentes manifestações de um mesmo movimento interno à lógica capitalista de crise categorial do capital.

Em resumo, na interpretação da teoria crítica do valor, como exposta por Kurz em *O dinheiro sem valor*<sup>6</sup> (2014, p.215), o fenômeno que chamamos de crise “constitui a própria dinâmica interna do desenvolvimento capitalista” e seu entendimento só é possível ao compreendermos o caráter historicamente específico da economia moderna: é somente na modernidade que existe uma economia autonomizada dotada de um equivalente universal, o dinheiro, que representa a forma do valor baseado no trabalho abstrato produtor de mercadorias. Ou seja, a dinâmica estabelecida entre as categorias econômicas modernas corresponde à uma lógica própria, a da acumulação capitalista, e constitui a história do capitalismo. Essa abordagem que Kurz (idem) chama de “endo-histórica” das categorias econômicas modernas segue um percurso à contrapelo das teorias que desenvolvem uma “retroprojeção anacrônica” das categorias capitalistas para outros modos de existência que antecedem ao “modo de produção baseado no valor”, evidenciando a inadequação de se utilizar concepções trans-históricas para se compreender as crises atuais. Do mesmo modo, a abordagem da crítica do valor impede que se naturalize as categorias modernas capitalistas como “saídas possíveis” para a sociedade capitalista em crise, concebidas em geral no âmbito da política. Isso significa pensar a “superação” do capitalismo e de suas condições reais catastróficas no sentido radical da abolição de suas categorias, com ênfase na forma social do trabalho. Esta posição radical também tensiona com a tradição marxista das ciências humanas voltada à administração de esquerda, que propõe uma infinidade de projetos de gestão de crise que terminam por afirmar os termos da economia política, ao invés de irem no sentido de sua negação e crítica.

Por fim, cabe aqui colocar algumas ponderações sobre a relação entre as propostas teóricas da “crítica da economia política do espaço” e da “crítica categorial”, envolvendo, além de Henri Lefebvre e Robert Kurz, outros autores presentes no debate da Geografia. De partida, é possível enquadrar Lefebvre como um dos autores do chamado marxismo tradicional, no sentido mais amplo atribuído por Moishe Postone (2014, p. 22): como uma “estrutura interpretativa geral” que,

---

<sup>6</sup> *O Dinheiro sem valor*, publicado em 2012, é composto por quatro grandes temas, reunidos por Kurz em perspectiva de conjunto: a diferenciação histórica, qualitativa e específica das sociedades pré-capitalistas em relação a forma de socialização econômica negativa da modernidade; o processo lógico e histórico de constituição do capital e de suas categorias fundamentais; a “circulação” do capital e seu processo de reprodução tautológico enquanto “fim-em-si-mesmo” fetichista; e o processo de auto contradição interna e o limite interno lógico da dinâmica capitalista. No presente artigo, lidamos mais diretamente apenas com o último tema desenvolvido pelo autor.

guardando suas diferentes orientações teóricas, compartilha uma concepção trans-histórica da categoria de trabalho e, com isso, toma-o como ponto de vista ontológico. No que diz respeito ao campo parcelar da Geografia e sua vertente marxista, contudo, a introdução da obra de Lefebvre por vezes assumiu uma direção oposta à ontologização. Nesse sentido é que interpretamos, por exemplo, a centralidade da noção de espaço abstrato, tornada fundamento da crítica ao capitalismo (cf. MARTINS, 1999; DAMIANI, 2009; ALFREDO, 2013). O mesmo já não acontece em Edward Soja (1993), que propõe como horizonte teórico uma “ontologia espacializada”. David Harvey (2011; 2013; 2022), por sua vez, como veremos, também parece apontar para um capitalismo trans-histórico, visto que, para ele, o capital se reproduz em ciclos de acumulação e crise aparentemente sem fim – ou, nas palavras de Kurz (2014), funcionando como uma “máquina de lavar automática”, ou um “moinho satânico”, que nunca param.

A seguir, continuaremos tensionando o debate ao entorno do conceito de “crise” tal como este aparece nas teorias ditas críticas da Geografia, a fim de tentar propor como a crítica categorial poderia radicalizar a perspectiva da crítica da economia política do espaço.

## **2. CRISE E CRÍTICA NA ANÁLISE ESPACIAL MARXISTA**

Há afinal uma teoria da crise implicada nos termos da crítica da economia política do espaço? No texto destinado ao simpósio de Nova York em 1972, Lefebvre mobiliza elementos centrais à exposição de Marx no terceiro volume d’*O capital* ao sugerir a promoção do “imobiliário” como “setor privilegiado” no quartel final do século XX. De acordo com o autor, trata-se da “tendência disso que outrora foi o ‘imobiliário’, doravante *mobilizado* (construções, especulações), tornar-se *central* no capitalismo” (LEFEBVRE, 2016, p. 107). A nosso ver, tal hipótese está no cerne da noção de economia política do espaço e sua crítica nos termos propostos por Lefebvre, pautada pelo entendimento do espaço produzido como “nova raridade” (cf. DAMANI; CARLOS; SEABRA, 1999). Nos referimos mais precisamente às passagens em que Lefebvre esboça uma espécie de arranjo entre “construção” e “especulação”, como tentativa de fundamentação da referida tendência à centralidade do imobiliário. Nestas, a dedução da manutenção de uma baixa composição orgânica do capital no processo produtivo, traduzida como certa expectativa de realização de rendimentos acima do lucro médio – o que deixa implícita a forma do sobrelucro ou lucro extraordinário (MARX, 1986, capítulo X) –, atribuiria ao imobiliário uma “função essencial” na “luta contra a tendência à baixa do lucro médio” (LEFEBVRE, 2016, p. 107). A “especulação”, por outro lado, sobrepõe-se a este cálculo como fetiche da autovalorização do dinheiro.

Em *A produção do espaço*, o problema é retomado no trecho a seguir:

O “imobiliário”, produção e especulação mal discernível da “promoção”, oscila entre um papel subalterno de recuperação, de volante, de suporte, de regulação, e uma função dominante. Ele entra assim na *desigualdade geral* (de crescimento), na *setorização* (da economia como realidade global). Mas ele conserva uma função essencial: a luta contra a tendência à baixa da taxa de lucro médio. A construção (privada ou pública) rendeu e rende ainda, exceto casos excepcionais, lucros superiores à média. O investimento no “imobiliário”, isto é, na produção do espaço, comporta ainda uma proporção superior de capital variável em relação ao capital constante. A composição orgânica do capital é baixa, apesar dos consideráveis investimentos e progressos técnicos. As pequenas e médias empresas ainda são numerosas; a terraplanagem e as atividades de estruturação ocupam uma mão de obra numerosa (especialmente de estrangeiros). Daí a formação de uma massa de mais-valia que aumenta a massa geral, mas da qual uma parte pertence às empresas de construção, aos promotores, aos especuladores. Quanto às dificuldades provenientes da muito lenta obsolescência dos produtos, o que tende a causar uma desaceleração da rotação do capital, elas são combatidas com procedimentos muito variados. A mobilização do espaço torna-se frenética, e caminha até a autodestruição dos espaços, antigos e novos. O investimento e a especulação não podem parar, nem diminuir o ritmo: círculo, ciclo infernal. (LEFEBVRE, 2000, p. 387-388, grifos do autor)

Embora anunciada como hipótese e ainda de maneira ambígua, a elaboração dos investimentos no imobiliário e na infraestrutura urbana como via de resolver provisoriamente ou mesmo atenuar as crises parece ter adesão significativa se tomarmos como exemplo a “geografia histórica do capitalismo” de David Harvey<sup>7</sup>. O certo é que, pelo menos na fração da obra de Lefebvre voltada aos temas da produção do espaço e do urbano, elementos emprestados da exposição de Marx e vinculados a uma teoria da crise – dentre estes o aumento da composição orgânica do capital e a queda tendencial da taxa de lucro, conforme o excerto acima – aparecem com alguma frequência, ora de modo explícito, ora pressupostos.

Edward Soja (1993) parece apontar nesse mesmo sentido ao assinalar as tentativas de teorização acerca da sobrevivência do capitalismo que marcam mais decisivamente os escritos de Lefebvre a partir do final da década de 1960, situando-o no chamado *spatial turn* da teoria social crítica nessa mesma época. Na revisão de Soja, a “análise espacial marxista” da qual é tributário remete-se necessariamente à discussão acerca dos limites da reprodução capitalista. A posição teórica de Lefebvre em relação a uma teoria da crise em Marx ou mesmo às versões de sua reinterpretação pelo marxismo, no entanto, permanece pouco sistematizada.

Pouco mais tarde, em texto de 1978, Lefebvre chega a tematizar uma “crise da teoria das crises”, fazendo notar sua redução discursiva e atrelada à instrumentalização da “crise” como mote de uma superprodução de textos no âmbito do marxismo – fenômeno similar ao que ocorrera em torno da

---

7 Harvey reconhece, por exemplo, a influência da hipótese de Lefebvre sobre a centralidade do “imobiliário” em sua elaboração da noção de “circuito secundário do capital”, voltada à “totalidade dos processos em que o capital circula através do capital fixo e da formação dos bens de consumo e do seu uso” (HARVEY, 2013, p. 360).

“financeirização” nas últimas décadas, interceptando a problemática da crise e transbordando o marxismo. A acusação endereçada pelo autor, a esta altura, parece-nos oportuna: o “pensamento dito marxista” não compreendera o “estado crítico” como “a generalização e a normalização da crise no mundo atual” (LEFEBVRE, 2009, p.141). Contudo, ao definir o que entende por “teoria clássica das crises”, reconhece na exposição de Marx apenas uma concepção de crise cíclica, que desempenharia certa “função ‘purgativa’” interna à lógica da reprodução ampliada do capital<sup>8</sup>.

[...] A crise cíclica, segundo Marx, tinha uma função “purgativa”. Ela libertaria as relações de produção e as forças produtivas de alguns excessos e excedentes relativos (estoques, equipamentos, força de trabalho). Ela reconstituía assim as condições da renovação. O que completa os esquemas da reprodução ampliada em *O Capital*, esquemas que, tomados isoladamente, permanecem incompletos e mesmo pouco inteligíveis. (ibidem, p. 143)

Ao que tudo indica, para Lefebvre seria estranho falar de um “duplo Marx”, isto é, de um Marx “esotérico” e outro “exotérico” convivendo no interior de sua crítica da economia política (KURZ, 2014)<sup>9</sup>. De acordo com Kurz, trata-se da contradição que atravessa toda a exposição d’*O capital* entre uma apreensão “exotérica” – no sentido de que está voltada “para fora” –, imanente e positiva do desenvolvimento e do processo de modernização; e outra “esotérica”, voltada para a crítica da lógica categorial interna à história do capitalismo. No que concerne à problemática da crise, as elaborações oscilam entre os fenômenos externos ou de superfície, atrelados à esfera da “circulação” e ao conflito distributivo, e o desdobramento das contradições internas à lógica do processo de valorização do valor, permitindo discernir entre uma linha “esotérica” e outra “exotérica” da teoria da crise de Marx como expressão de seu próprio caráter fragmentário e inacabado.

Uma versão “exotérica” da exposição, portanto, aproxima-se em maior medida da interpretação – tida por Lefebvre como “clássica” – de crises cíclicas ou periódicas. Aqui há de fundo um conceito redutor e resolutivo de crise que, segundo Kurz, limita-se ao “problema da realização” no sentido de uma “contradição superficial nas metamorfoses da mais-valia” (KURZ, op. cit., p. 227) e por isso pode ser identificado como suposto momento de auto-regulação do capital. Com efeito, é esse o sentido geral de crise tornado “clássico” pelo marxismo, sendo talvez a chamada teoria da sobreacumulação sua interpretação mais bem desenvolvida.

8 Ao longo da breve exposição de Lefebvre (2009), é possível constatar uma dupla insatisfação: por um lado, com a “teoria clássica das crises” atribuída à Marx e, por outro, com os “contorcionismos” teóricos arranjados pelo marxismo diante da problemática da crise no pós-guerra ou sob o “modo de produção estatista”, para empregar os termos do autor. Tal posição explicaria sua predileção por uma “teoria das catástrofes”, derivada do teorema proposto por René Thom, matemático francês contemporâneo à Lefebvre.

9 A distinção entre um Marx “esotérico” e outro “exotérico” não se confunde com a conhecida clivagem entre jovem e velho Marx, explicitamente recusada por parte do marxismo, incluindo Lefebvre. A distinção de um “duplo Marx” foi proposta por Stefan Breuer em 1977, voltando contra Marx o esquema aplicado por este em sua crítica a Adam Smith nos manuscritos das *Teorias da mais-valia* (cf. KURZ, 2014, p. 25-26).

De início, deve-se notar que a atribuição de uma teoria da sobreacumulação à Marx não é ponto pacífico. Se para Kurz esta pode ser apenas deduzida do próprio caráter fragmentário da exposição, com destaque ao terceiro volume d’*O capital*, Harvey (2013), por outro lado, considera a sobreacumulação como o “primeiro recorte” da teoria da crise elaborada por Marx e não exita em atribuir a ele o sentido amplamente difundido pelo marxismo de um eterno “vai-e-vém” entre valorização e desvalorização, tido como passível de ser constatado empiricamente nas diferentes formas de manifestação dos excedentes de capital.

O que nos interessa aqui, entretanto, é o estatuto peculiar que a teoria da sobreacumulação alcança em sua versão mais acabada, conforme apontado por Kurz. Ao pretender superar as explicações da crise atadas à superfície da “circulação” e da distribuição, o contexto da argumentação partilhado por seus adeptos é aparentemente deslocado para a esfera da produção. Contudo, é nessa tentativa de recontextualização que a teoria da sobreacumulação não faz senão reiterar e tornar explícita a verdadeira “redução teórica” comum à linha “exotérica”: a produção de substância de valor permanece pressuposta e identificada com a massa material de valores de uso; o que só é possível em uma explicação que permanece alheia a uma outra versão da teoria da crise também contida na exposição de Marx, determinada pela contradição fundamental entre valor de uso e valor, riqueza material e riqueza abstrata ou entre matéria e forma, nos termos empregados por Ortlieb (2009).

Na apreensão geral das crises de sobreacumulação, a causa é imputada à “desproporção entre um determinado estado da acumulação do capital e o poder de compra social” (KURZ, op. cit., p. 230), o que não ultrapassa sua explicação como um entrave à “realização” que varia apenas em tipo ou amplitude<sup>10</sup>. Se a crise não é mais do que a desproporção entre o excedente produzido e as condições de realização, hão de existir “veículos” privilegiados para sua absorção, no sentido em que propõe outra vez Harvey (2011) acerca da urbanização e das especificidades do “ambiente construído” enquanto “circuito secundário” do capital, traçando uma linha temporal de resoluções parciais para as sucessivas crises de sobreacumulação que vai desde a reconstrução de Paris capitaneada por Haussmann na segunda metade do século XIX até o modelo chinês de uma expansão urbana consumidora de *commodities* e financiada por dívidas no século XXI (cf. especialmente o sexto capítulo dedicado a uma geografia das crises).

---

10 A filiação “exotérica” – ainda que pretensamente superada – do contexto geral de argumentação retido pela teoria da sobreacumulação fica explícita na formulação de Harvey, principalmente por conciliar elementos de uma perspectiva voltada ao subconsumo, expressando certa influência da teoria do capitalismo monopolista (cf. HARVEY, 2011, p. 45).

De acordo com Kurz, desse contexto geral de argumentação resulta um conceito funcional e positivo de crise adequado ao marxismo que, agora como antes, passa ao largo da análise categorial e do problema de um “limite interno” do capital.

[...] a crise aparece não como momento ou manifestação de uma contradição categorial impossível de resolver no seio da reprodução capitalista, mas como algo completamente diferente: nomeadamente, como uma espécie de “limpeza geral” ou “lavanderia automática” do capital incorporada no plano sistêmico, uma das suas funções positivas, como o crédito ou a venda a retalho. (KURZ, op. cit., p. 231)

Assim, torna-se difícil distinguir as elaborações filiadas ao marxismo daquelas da economia política, indo ao encontro de uma economia política autodeclarada marxista. Como desdobramento dessa adequação teórica a um sentido positivo de crise, destaca-se a incorporação ao jargão marxista da noção de “ajuste” ou “ajustamento” presente na economia neoclássica – convivendo amiúde com formulações derivadas da teoria da regulação e do conceito de “destruição criativa”, emprestado da versão de Schumpeter da teoria das ondas longas. Em que pese as diferenças e nuances na apresentação do problema, o argumento de Kurz é de que o “ajuste” reflete um “ponto cego” comum tanto aos neoclássicos quanto aos marxistas no que concerne à teoria da crise.

Se agora a crise se apresenta, como na economia política, como o resultado de intervenções “exteriores à economia” ou, como nos marxistas, como contradição imanente à própria economia, isso é irrelevante porque afinal, num caso e no outro, apenas pode servir para revitalizar a valorização do capital. Mas há um pequeno senão. A teoria de um mero “ajustamento” pressupõe, no fundo, ou que nem sequer exista uma acumulação do capital como processo historicamente ascendente – mas, em vez dela, um mero sobe-e-desce aleatório ou um encadeamento a-histórico de movimentos de acumulação sem qualquer nexos –, ou que a sobreacumulação seja apenas algo que vai além de uma margem de acumulação efectivamente dada. Nesse caso, estaríamos perante um vaivém assaz árido entre o investimento e a desvalorização que, uma vez após outra, volta a iniciar-se numa espécie de ponto zero a seguir ao “choque da desvalorização”. Os diversos componentes do capital (força de trabalho, capital material, capital-mercadoria, capital monetário) só são ampliados e acumulados para, em seguida, voltarem a ser desvalorizados e, de certo modo, bombeados de volta até regressarem ao nível anterior, para que tudo possa voltar ao princípio. Mas esta é uma definição meramente formal que parte apenas do lado do valor – o que, obviamente, não deixa de ser coerente se o problema também só for encarado no âmbito das metamorfoses da substância do valor. No entanto, o caso muda de figura se incluirmos na nossa reflexão a contradição entre o valor de uso e o valor, entre a matéria e a forma, o que diz essencialmente respeito à questão da relação entre o desenvolvimento (material, “natural”) das forças produtivas e a valorização. (ibidem, p. 232)

A formulação “guarda-chuva” de Harvey de um “ajuste espacial”, diretamente vinculada ao problema do capital excedente, exerce forte influência no interior da Geografia – e para além dela, também no campo dos *urban studies* – sobre as elaborações informadas em maior medida por versões marxistas da teoria da crise. Desenvolvida pelo geógrafo desde meados da década de 1970, a noção de *spatial fix* recebe tratamentos distintos ao longo de sua obra, o que nos impossibilita de recuperá-los no presente artigo. Uma pista para sua interpretação, a nosso ver,

pode ser encontrada no debate recente em torno do papel da queda tendencial da taxa de lucro no estatuto da teoria da crise, onde Harvey explicita o sentido preciso que atribui às crises – “não como um sinal da dissolução iminente do capitalismo, mas como fases da reconstrução e renovação capitalista” (HARVEY, 2019, p. 18). Parece-nos significativo que, para tanto, Harvey não recorra à teoria neoclássica, mas ao enfoque filológico de Michael Heinrich, um dos autores atualmente implicados na disputa pela interpretação dos manuscritos d’*O capital* de Marx.

Mais do que constatar certa predominância da linha “exotérica” também no âmbito da chamada “análise espacial marxista” (SOJA, 1993), indagar sobre as implicações da teoria da crise por trás do ensejo de Lefebvre a uma crítica da economia política do espaço apresenta-se como caminho possível de ruptura com uma elaboração teórica unilateral do problema; o que, por sua vez, suscita sua continuidade ao considerar os desdobramentos da contradição fundamental de que se ocupou Marx ao criticar as categorias da economia política burguesa.

### **3. A VERSÃO “ESOTÉRICA” DA TEORIA DA CRISE**

Se aceitamos a sugestão de Kurz (2014) de que há uma versão “esotérica” da teoria da crise, desdobrada da crítica categorial que compõe a exposição de Marx, como reconhecê-la?

As categorias do capitalismo não são puramente econômicas, mas categorias sociais, ao mesmo tempo abstratas e concretas. Isso nos leva a pensar que a crítica da economia política desenvolvida por Marx não corresponde apenas a uma reflexão teórica ou meramente econômica, mas trata de analisar como as relações sociais que acontecem no plano empírico são mediadas *a priori* por uma totalidade dinâmica e contraditória, baseada por abstrações que envolvem a materialidade da sociedade produtora de mercadorias e conferem a ela seu caráter fetichista, físico-metafísico (MARX, 1983). É este um dos pressupostos de que Kurz lança mão: as categorias adquirem validade e determinação histórica apenas ao nível da lógica do capital como “processo global”. Ou seja, estas não podem ser compreendidas ou sequer criticadas a partir de um “individualismo metodológico” que assume como posição explicativa aquela das mercadorias individuais empíricas ou dos capitais individuais<sup>11</sup>.

O mesmo deve ser considerado no que diz respeito à problemática da crise. O plano de análise, portanto, é o do capital como “processo global” e suas mediações, que não são apenas estruturais, mas histórico-dinâmicas. O tratamento categorial da crise também deve levar em

---

11 Nesse sentido é que a crítica de Kurz (2014) também abarca a ambiguidade notada nas elaborações de Marx, direcionando-se principalmente ao “problema da exposição” como contradição entre lógica e história e à noção de “valor individual” presente no primeiro volume d’*O Capital*.

consideração esse nexos interno das categorias abstratas e concretas, expresso no duplo caráter do trabalho e da mercadoria, e, em particular, no duplo conceito de riqueza daí decorrente. Dito de outro modo, a teoria “esotérica” da crise anunciada por Marx parte da contradição fundamental entre valor de uso e valor, “entre a substância material e a substância do valor, ou seja, entre riqueza concreta e a riqueza abstrata” (KURZ, 2014, p. 213). A contradição entre matéria (valor de uso) e forma (valor) é interna à relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o processo de valorização, de modo que a produção material de mercadorias (riqueza concreta) não pode ser identificada como produção de valor (riqueza abstrata), como é comum à perspectiva ontológica do marxismo tradicional (POSTONE, 2014).

Na perspectiva pleiteada por Kurz (op. cit., p. 234), o papel do desenvolvimento material das forças produtivas é o próprio movimento da contradição interna do capital. A remissão, nesse caso, é aos *Grundrisse* e ao chamado “fragmento das máquinas”, onde Marx estabelece com veemência o modo com que o capital trabalha para a sua própria dissolução, definindo-o como uma “auto-contradição lógica”: “O capital é, ele próprio, a contradição em processo [porque] procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto, por outro lado, estabelece o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2013, p. 588-589).

No entanto, também no primeiro volume de *O capital*, tratando do duplo caráter do trabalho, Marx já se remete à contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e riqueza abstrata:

Um quantum maior de valor de uso representa em si e para si maior riqueza material, dois casacos mais que um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa etc. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor. Esse movimento contraditório origina-se do duplo caráter do trabalho. Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva do trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva. Ao contrário, uma mudança da força produtiva não afeta, em si e para si, de modo algum o trabalho representado no valor. Como a força produtiva pertence à forma concreta útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo faça-se a abstração da sua forma concreta útil. O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa. (MARX, 1983, p. 53)

O fundamental de ser apreendido nas passagens de Marx, identificadas por Kurz como “esotéricas”, é a contradição entre a matéria e a forma, ou mais precisamente entre o “aumento da produtividade material” e a “objetualidade do valor abstrato” (KURZ, 2014, p. 225). Mais de uma

vez, Marx chama a atenção para a contradição lógica entre o aumento da produtividade material e o plano do valor, o que confere o caráter de inconciliabilidade dessa relação.

Do ponto de vista “esotérico”, a crise fundamental do capitalismo se estabelece, em linhas gerais, a medida em que capital, através do aumento compulsivo das forças produtivas mediado pela concorrência global, expulsa cada vez mais trabalho da produção imediata de mercadorias (riqueza material), que por sua vez, é a sua única fonte de valor (riqueza abstrata). Ao tornar cada vez mais obsoleto o emprego de trabalho vivo, o capital global tende à “dessubstancialização”, ao reduzir num sentido absoluto a sua substância, o dispêndio social de energia humana abstrata de “nervo, músculo e cérebro”. Nesse processo dinâmico as duas formas de riqueza, portanto, deixam de coincidir; a massa crescente de produtos materiais se torna cada vez mais dissociada da reduzida substância do valor. Essa autocontradição interna entre o ascendente desenvolvimento das forças produtivas (riqueza material) e a “desvalorização” do valor (riqueza abstrata), nos termos propostos por Kurz, é o que conforma a crise como “limite histórico absoluto” do capitalismo.

Apoiando-se nas passagens “esotéricas” de Marx, Ortlieb (2009) argumenta acerca do papel fundamental desempenhado pela chamada mais-valia relativa na relação contraditória entre matéria (massa dos valores de uso) e forma (substância do valor): aumentar a massa material produzida recorrendo a cada vez menos ao emprego de trabalho vivo, diminuindo assim o preço individual das mercadorias, o que inclui a mercadoria força de trabalho. Isto se dá porque, na medida que o capital já não pode estender a criação de valor de forma absoluta, a concorrência induz ao aumento da composição orgânica (maior emprego de capital constante em relação ao de capital variável), impondo aos capitais individuais a introdução de novos processos de racionalização e cientificização para atingir a produtividade social média – o que, no caso do mercado mundial, não é senão o nível de produtividade dos países mais desenvolvidos. Em parte da história do capitalismo, o aumento da produtividade imposto via concorrência traduziu-se como a predominância da mais-valia relativa no plano do capital global. Segundo Kurz, o efeito colateral da mais-valia relativa, porém, é duplo. Por um lado, permite o embaratecimento das mercadorias e, por outro, subverte sorrateiramente a substância do valor em geral na medida em que adensa a expulsão de trabalho vivo do processo produtivo.

A mais-valia relativa ou o seu incremento no contexto do aumento da força produtiva, ocorrido no plano da totalidade da sociedade, refere-se ao valor – que sofreu uma redução – da força de trabalho ou da quota-parte estabelecida no preço da força de trabalho na massa global do valor [...]. No entanto, o que está em causa – e isto é determinante – é a diminuição do valor e o aumento da mais-valia por elemento individual da força de trabalho, em médio e no plano do valor (respeitante à totalidade da sociedade). (KURZ, op. cit., p. 253-254).

A nosso ver, uma das principais contribuições de Kurz está na interpretação de uma “modulação histórica” da própria lógica categorial do capital como “contradição em processo” (MARX, 2013). Daí resulta a elaboração de um mecanismo de compensação relativa ou endo-histórico, adiando a autocontradição por meio dos seus momentos de expansão “exterior” e “interior” do capital até meados do século XX, o que abarca o próprio “efeito colateral duplo” da mais-valia relativa.

Embora o autor proponha uma espécie de periodização que difere uma forma de “expansão predominantemente externa” daquela “predominantemente interna” (ibidem, p. 262), é decisivo entendê-las como um mesmo arranjo endo-histórico. A expansão “exterior” em Kurz refere-se ao sentido mais convencional da conversão da superfície terrestre em “espaço global de valorização”, mas também da chamada “comoditização” setorial e territorial e da assimilação parcial de momentos da reprodução historicamente tidos como “femininos” e dissociados do plano do valor. Essa interpretação corre ao lado das elaborações mais convencionadas no âmbito do marxismo tradicional dos mesmos fenômenos na chave de um “novo” imperialismo ou uma “nova” colonização – do ponto de vista da ontologia do trabalho, prontamente identificados como “novos” modelos ou regimes de acumulação. No que concerne à referida autocontradição lógica, a especificidade da forma predominantemente externa corresponde a um momento de expansão do capital em que, “embora o dispêndio de energia de trabalho por mercadoria diminuísse incessantemente, o número de efetivos da força de trabalho aplicados de uma forma produtiva na perspectiva do capital crescia, ainda assim, de forma contínua” (ibidem, p. 259). Contudo, os efeitos desse momento extensivo dos mecanismos de compensação, expandindo em termos absolutos o “modo de produção baseado no valor”, esgotam-se na medida em que o capital se torna relação de reprodução mundial.

O sentido intensivo da expansão do capital ganha terreno à medida em que incorpora os ramos produtivos pré-existentes e os orienta para a produção da “riqueza abstrata”, tornando-os processos estruturados internamente de acordo com a lógica capitalista. É sobretudo a partir da Segunda Revolução Industrial que se evidencia a sucessiva transformação dos processos produtivos pelo desenvolvimento das forças produtivas, no entanto, de acordo com Kurz, a incorporação de ramos produtivos pré-existentes corresponde ao que Marx designou como “transição histórica da subsunção ‘formal’ para a subsunção ‘real’ das atividades produtivas sob o capital” (ibidem, p. 261). Notavelmente, a forma predominantemente interna de expansão e modulação histórica do capital não se limita apenas aos ramos produtivos pré-existentes, abarcando a criação de novos produtos e, com eles, de novas necessidades.

Com o monstruoso aumento da produtividade do trabalho provocado pela racionalização técnico-científica que significou o fordismo, o dispêndio de força de trabalho reduziu de forma inédita, o que possibilitou mercadorias mais baratas. Como resultado, os bens de luxos, como o automóvel e os eletrodomésticos que ainda eram produzidos em número relativamente reduzido e extremamente caros, foram embaratecidos e transformados em bens de consumo de massas. Trata-se aqui do efeito colateral da mais-valia relativa já mencionado: com a redução do dispêndio de trabalho, a participação para a massa de valor social também tendia a ser reduzida. Todavia, com o embaratecimento e o aumento da produção dos produtos, os mercados e a demanda por bens de consumo de massa expandiram-se, compensando a redução absoluta da massa de mais-valia.

[...] a expansão interna foi de molde a incrementar a massa de mais-valia absoluta: menos energia de trabalho por carro e, com isso, um menor contributo para a massa social do valor por carro – porém, em termos globais, um aumento de tal modo explosivo da produção de automóveis devido ao alargamento dos mercados que, apesar de uma diminuição relativa da energia de trabalho e, assim, mais força de trabalho; e assim foi em dimensões insuspeitadas. Portanto, em conjunção com o aumento da mais-valia relativa por elemento da força de trabalho ocorreu agora, de fato e mais do que nunca, um aumento da massa de mais-valia ‘até alcançar dimensões monstruosas’, embora o movimento de expansão exterior estivesse a esgotar-se. (KURZ, 2014, p. 263)

As elaborações de Kurz acerca da “crise do trabalho” e da terceira revolução industrial são conhecidas no Brasil pelo menos desde a recepção mais ampla de sua obra na década de 1990 (cf. SCHWARZ, 1993). No argumento que acompanha o movimento de expansão do capital, a introdução da microeletrônica nos processos produtivos a partir dos anos 1970 corresponde à “desalavancagem” do mecanismo de compensação relativa, manifestando historicamente aquilo que desde Marx tinha sido concebível em termos lógicos. O aumento da força produtiva a uma tal escala fez com que a transição para a produção em massa, nos produtos novos, já não requer uma quantidade suficiente de força de trabalho adicional capaz de compensar a diminuição do dispêndio de trabalho por mercadoria. A produção e o consumo de massas de novos produtos cada vez mais pobres em substância de trabalho, gera a desalavancagem do mecanismo de compensação fazendo parar o movimento de expansão interna da mais valia.

O mundo é entulhado com cada vez mais mercadorias que valem cada vez menos, embora o único valor que conta seja esse valor abstrato enquanto excedente (mais-valia). Mas a compensação temporária pela expansão não é infinita, visto que, em primeiro lugar, a Terra não é um espaço infinito e, em segundo lugar, a mais-valia relativa não pode ser incrementada até ao infinito. (KURZ, 2014, p. 218)

É neste momento em que a reprodução do capital atinge seu limite lógico, chegando a um ponto de virada historicamente irreversível. O advento da crise da terceira revolução industrial (microeletrônica, informática, robótica) provocou uma ruptura profunda e qualitativamente

distinta na dinâmica de reprodução do capital. No plano global, com o desenvolvimento das forças produtivas, cada vez mais massas de força de trabalho são desempregadas da produção imediata de mercadorias (desemprego tecnológico). Como consequência cada mercadoria passa a conter progressivamente sempre menores partes de trabalho humano (abstrato), que é, contraditoriamente, a única fonte de criação de valor (mais-valia). A reprodução ampliada capitalista entra em seu declínio histórico e absoluto de desvalorização.

A formulação sobre a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” desenvolvida por Marx no terceiro volume de *O capital* (seção III), que desempenha um papel fundamental em torno das teorias das crises, necessita ser repensada levando em consideração a crise de reprodução ampliada do capital desencadeada pela terceira revolução industrial. Afinal, o próprio estatuto de “lei” atribuído por Marx é revogado com o fim lógico do mecanismo de compensação.

Retomando o argumento já apresentado, no plano do capital global, o desenvolvimento constante das forças produtivas determinada pela pressão da concorrência aumenta permanentemente a cota-parte de capital constante, devido à cientifização da produção, e a assim também âmbito dos custos prévios do capital monetário, impondo a necessidade adiantada investimentos cada vez maiores para se poder de algum modo participar no mercado. A elevação global dos custos prévios, portanto, traduz-se como queda da taxa de lucro, isto é, diminuição da taxa em relação aos custos prévios na sua totalidade. Entretanto, como aponta Kurz, a elaboração da tendência à queda da taxa de lucro tem um significado apenas relativo e só expressa a autocontradição fundamental do capital de forma indireta, além disso, não coloca, enquanto tal, um limite interno absoluto ao capital. O ponto central que deve estar em causa é se o aumento da composição orgânica do capital faz com que a massa absoluta de mais-valor faz acompanhar decrescente da taxa de lucro. A queda tendencial da taxa de lucro não é idêntica a queda tendencial da massa de lucro (mais-valia na totalidade). Este nexos compensatório aplica-se apenas a um estágio histórico limitado no desenvolvimento da dinâmica capitalista e da sua contradição, nos contextos de expansão interna e externa do capital. A diminuição absoluta da força de trabalho produtiva na perspectiva do capital, tendo em conta o padrão de produtividade alcançado, faz com que a queda (relativa) da taxa de lucro também se traduza na queda absoluta da massa de lucro (mais-valia social). A própria lei é revogada na medida em que o capital passa tendencialmente para um estado em que já não consegue cumprir a sua própria lei de acumulação de “riqueza abstrata”.

Segundo a teoria da crise preconizada por Kurz, o processo de dessubstancialização do capital se desenvolve em diferentes graus e de maneira descontínua. No plano da produção capitalista, o primeiro ponto a ser destacado é a desvalorização da força de trabalho, sob a forma de redução de salários e desempregos. Com a eliminação da substância do valor pelo desenvolvimento tecnológico que minimiza a utilização da força de trabalho, o capital constante e o capital fixo também são desvalorizados, processo que se manifesta empiricamente nas falências de capitais individuais e encerramento de locais de produção. Na superfície do mercado de mercadorias, as mercadorias também são desvalorizadas, se extinguindo pela impossibilidade de reconversão em dinheiro. A força de trabalho, o capital constante e o capital de mercadorias entram no processo de desvalorização, e “na medida em que elas são sucessivamente desativadas ou reduzidas, também se perdem, evidentemente, os investimentos ulteriores em força de trabalho e capital material, que deixam de fazer sentido em termos capitalistas” (ibidem, p.291).

No plano do dinheiro, este também é desvalorizado, perdendo seu nexos com a substância que representa, o trabalho. A expansão histórica do sistema de crédito coincide com o processo de desvalorização do dinheiro, agora o “dinheiro sem valor”. Os lucros que antes eram realizados de períodos de produção anteriores (capital monetário), não mais se encaminham para investimentos na produção real de mercadorias, mas fluem para os mercados financeiros para “aparentemente” continuarem a valorizar-se.

Em termos históricos, desde meados do final do século XX uma “nova obstinação terapêutica” tenta remediar o esgotamento da valorização. O abandono da convertibilidade do dólar em ouro com o fim do sistema de Bretton Woods em 1971 deu origem à oferta ilimitada de dinheiro nos mercados globais em uma economia sem lastro monetário e sem uma base metálica a ser regulada. O avanço da chamada revolução neoliberal na política econômica e monetária no início da década de 1980 não foi um projeto político subjetivo, mas uma fuga para a frente, dado o problema objetivo da escassez de produção de mais-valia real (valor). A ampla desregulamentação dos mercados financeiros se tornou a única forma possível de atrasar o colapso do sistema mundial, ampliando e firmando as bases da expansão secular do sistema de crédito e do endividamento em massa. A descolagem mundial das finanças e o neoliberalismo são formas de manifestação superficiais e contemporâneas de uma dinâmica de contradições internas à reprodução capitalista. É neste contexto histórico que a “superestrutura do sistema de crédito” alça voo aos céus assumindo um papel central, a *conditio sine qua non* da produção de mais-valia (lucro) e da participação continuada no mercado a todos os níveis (empresas, Estado, indivíduos privados).

Para os capitais individuais conseguirem refinanciar os custos cada vez mais elevados de produção, o recurso de capital monetário oriundo de uma mais-valia realizada no passado é substituído pelo recurso de uma mais-valia futura ainda que nem sequer foi iniciada e realizada sob a forma de crédito. Para tentar saciar o fim-em-si da necessidade de produzir mais-valia, torna-se necessário antecipar cada vez mais a mais-valia futura. O crédito, seja público ou privado, é uma forma de capital fictício porque sua lógica se baseia na capitalização: uma antecipação dos ganhos esperados no futuro.

O ciclo do capital monetário (definido como dinheiro usado para produzir mais valor) aparece agora como a circulação do dinheiro (D) que produz mais dinheiro (D') na forma de capital fictício. É nesta reprodução aparentemente ampliada do capital, ou em seu ciclo, que se abre um espaço vazio, que é o do trabalho abstrato formador de substância inserido no movimento estrutural denominado por Kurz de “deslocamento do eixo temporal da produção social de mais-valia do passado para o futuro”. Esta lacuna apenas temporariamente pode ser colmatada através da criação valor insubstancial, ampliando cada vez mais rodadas de créditos à procura dos consumidores e créditos para os custos prévios crescentes dos capitais individuais. Assim, a produção gerada pela criação de dinheiro sem valor (crédito) tem de se revelar inevitavelmente como inválida com o estouro da bolha, como demonstrou expressivamente a crise imobiliária de 2008, uma das manifestações fenomênicas da crise fundamental do capital.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A releitura crítica da obra de Marx, feita pela corrente crítica do valor, permite um novo entendimento sobre o desenvolvimento lógico e histórico do capitalismo e suas crises. Ao nosso ver, um dos pontos centrais desta leitura “esotérica” reside na distinção entre o duplo conceito de riqueza historicamente específico: riqueza material e riqueza abstrata. A exposição da teoria da crise feita por Kurz em *O Dinheiro Sem Valor* demonstra como o desenvolvimento das forças produtivas dinamiza a contradição em processo entre matéria e forma, que acabará por conduzir a um limite interno que caminha para o colapso do “modo de produção baseado no valor”. A crise da “dessubstancialização do capital” ou “desvalorização do valor” nesse sentido é estrutural e dinâmica, pois, embora a produtividade material esteja a aumentar, isto não se aplica à produção de riqueza abstrata (produção e realização de valor). As leituras “exotéricas” das crises confundem a materialidade dos produtos com a forma do valor, escamoteando o processo de autocontradição da dinâmica do capital movido pelo desenvolvimento das forças produtivas. Essa indistinção presente nas formulações de Henri Lefebvre e David Harvey, desaguam em interpretações superficiais (que se atentam apenas aos fenômenos externos da superfície econômica) das crises, justamente pelo fato da “riqueza abstrata” ser pressuposta como

não problemática e de forma ontológica idêntica a produção material. Nesse sentido, para a linha interpretativa “exotérica”, as “crises cíclicas” tem apenas um efeito “purgativo” para um eterno retorno da valorização do capital, e assim, o capitalismo regenera-se das cinzas como a fênix após seu período momentâneo de “sobreacumulação”. Ou seja, o problema não se trata de uma contradição entre a riqueza material, por um lado, e a falta de substância do valor, por outro, mas apenas uma contradição na distribuição desigual de “riqueza abstrata”.

Parece-nos por isso necessário problematizar a elaboração unilateral que, de modo geral, caracteriza a chamada análise espacial marxista e informa o campo parcelar da Geografia. A versão “esotérica” da teoria da crise contida na exposição de Marx e, desdobrada desta, a tese da dessubstancialização do capital pleiteada por Kurz sugere um segundo caminho à abordagem de elementos que julgamos centrais à crítica da economia política do espaço hoje – dentre estes, aqui meramente esboçados, podem ser mencionados a posição conquistada pelo “imobiliário” entre os investimentos alternativos, ao lado dos *private equity* e *hedge funds* e do mercado de *commodities*; os sucessivos expedientes de reestruturação urbana nas chamadas cidades globais, separados por intervalos cada vez mais curtos de tempo; ou mesmo o papel que os movimentos de capitalização de rendimentos futuros, próprios às formas do capital fictício e da renda da terra, desempenham na manutenção da forma de socialização capitalista em crise.

## 5. REFERÊNCIAS

- ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013.
- BOECHAT, C. A.; PITTA, F. T.; LEITE, A. C. G.; KLUCK, E. G. J.; GIAVAROTTI, D. M.; SILVA, A. R. C.; TOLEDO, C. A. Por uma geografia da crise? (editorial). *Revista Geografares* (UFES), Vitória, n. 28, 2019, p. 03-14.
- DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- \_\_\_\_\_. Amélia Luisa. Urbanização crítica e produção do espaço. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 10, 2009, p. 307-339.
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. Teoria da crise e a queda da taxa de lucro. *Geografares*, Vitória, n. 28, 2019, p. 15-35. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24381>>. Acesso em 04 de maio de 2022.
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Cinza é a árvore dourada da vida e verde a teoria*. 2007. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>>. Acesso em 04 de maio de 2022.
- \_\_\_\_\_. *Ler Marx*. 2013. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/ler\\_marx.pdf](http://www.obeco-online.org/ler_marx.pdf)>. Acesso em 04 de maio de 2022.
- LEFEBVRE, Henri. Da teoria das crises à teoria das catástrofes. *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 25, 2009, p. 138-152. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74117>>. Acesso em 03 de maio de 2022.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- \_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 13-41.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro, v. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro, v. IV, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ORTLIEB, Claus Peter. Uma contradição entre matéria e forma: sobre a importância da produção de mais-valia relativa para a dinâmica de crise final. *EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft*, 6, 2009. Disponível em: <<http://o-beco-pt.blogspot.com/2010/06/claus-peter-ortlieb-uma-contradicao.html>>. Acesso em 02 de maio de 2022.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. A trajetória teórico-intelectual de uma geografia urbana crítica e radical. *Geosp* (Online), v. 22, n. 3, p. 515-528, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/152974/152063>>. Acesso em 03 de maio de 2022.

SCHWARZ, Roberto. Ainda o livro de Kurz. *Novos Estudos CEBRAP*, 37, v. 3, 1993, p. 133-137.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda; HEIDEMANN, Heinz Dieter. Crise e crítica do sistema fetichista produtor de mercadoria e da modernização retardatária brasileira. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, Volume Especial 30 Anos, 2012, p. 154-170.